

HOME / ARCHIVES / No. 20 (2020)

## No. 20 (2020)

DOI: [https://doi.org/10.14195/1647-8622\\_20](https://doi.org/10.14195/1647-8622_20)

PUBLISHED: 2020-12-31

ESTUDOSDOSÉCULO

XX

número 20 - 2020

I  
U

FULL ISSUE

---



PDF

É notório o caminho através do qual a arte tem estabelecido renovadas (e complexas) relações com o âmbito da política, ao longo do último século. Desde as vanguardas históricas, passando pelo debate sobre os avatares do modernismo, pela injunção contracultural das décadas de 60-70, até ao confronto mais recente entre as linguagens subsumidas pelo mercado comunicacional e os gestos de resistência que se ampliam a partir do testemunho e da intimidade. O dossiê temático que integra este número da *Revista Estudos do Século XX* interessa-se por pensar exatamente esta questão, propondo a sua leitura à luz de um movimento de “politização”, “despolitização” e “repolitização” presente no campo das artes, denotando aproximações e desvios em relação à agenda política presente num conjunto diverso de obras, trajetórias artísticas e contextos disciplinares.

A questão da censura é, portanto, uma das que estrutura esta discussão, tendo sido um tema recorrente no século XX, tempo marcado por ciclos de governos ditatoriais ao redor de todo o mundo, que, efetivamente, definiram não apenas a natureza da arte produzida em si, como sobretudo a circulação de obras e artistas. O artigo de Jorge Seabra e Cristina Lopes *Censura e Cinema em Portugal – O Funcionamento da Comissão de Censura (1945-1952)* tem como interesse central expor o funcionamento, organização e constituição da primeira Comissão de Censura (1945-1952), órgão criado pelo Estado Novo para fiscalizar os espetáculos em Portugal. Este artigo, além de desenvolver historicamente o surgimento e a duração da censura em Portugal no âmbito do cinema, mais especificamente durante o Estado Novo, questiona e aponta a forma através da qual a censura funcionou como o principal modulador da opinião pública em Portugal.

Ainda no âmbito do cinema, o artigo de Sérgio Dias Branco *Nas Flores Vermelhas: Três Estudos sobre a Revolução de Outubro e o Cinema* desenvolve três pistas de análise sobre os desdobramentos da Revolução de Outubro e a sétima arte, ainda no contexto da União Soviética. As três linhas de investigação apontam questões convergentes para a relação entre o cinema e a política desde a Revolução de 1917. Em primeiro lugar, mudanças na estrutura de produção trazida pela revolução. Em segundo lugar, o texto centra-se na vanguarda que emergiu durante o processo revolucionário. E, por último, direciona a atenção para um filme, *Outubro (Oktyabr, 1927)*, realizado por Sergei Eisenstein e Grigoriy Aleksandrov, que trata da representação e celebração dos eventos ocorridos dez anos antes. A conjugação destas linhas de investigação permite traçar um retrato que se quer complexo sobre a importância política e cultural da arte cinematográfica: do modo como ela passou simultaneamente por uma revolução estética; e da forma como os acontecimentos revolucionários foram projetados no ecrã pelo cinema soviético, no contexto e no rescaldo da Revolução de Outubro de 1917.

Vânia Rodrigues convoca em modo irónico o encontro e as tensões que se instalam entre os protagonistas dos modos de produção teatral, no ensaio intitulado *Um artista, um produtor e um político entram num bar: modos e modelos de trabalho nas artes performativas*. A autora dedica uma atenção especial ao modo com a situação atual se caracteriza ainda por relações assimétricas e hierarquizadas, apesar da implicação crescente entre a ação de produtores e criadores, num tempo que pede cada vez mais novas formas de participação e novas dinâmicas colaborativas. A reflexão desenvolvida aparece-nos documentada por testemunhos e experiências profissionais de várias gerações. A política que o título convoca é a própria escala da ação que falta hoje, pois uma alteração de paradigma supõe refazer um edificado entretecido por relações contratuais, modelos de gestão, modos de financiamento e caminhos de legitimação nem sempre convergentes.

Organizado como um estudo de caso, o artigo *Royal Court Theatre. Um Espaço Politizado*, de Ricardo Correia, descreve e analisa a consolidação de um projeto de dramaturgia que veio a ser uma referência dominante na relação entre teatro e política na cena contemporânea. Partindo da ação fundadora de George Devine, com a *English Stage Company*, o autor descreve as diversas fases e transformações vividas em mais de meio século pelas diversas gerações de criadores associados ao Royal Court. A também designada casa do New Writing, enquanto lugar para a experimentação com o diálogo, a forma dramática e as possibilidades da escrita para o teatro, aparece-nos como um laboratório autoral com traços distintivos no contexto internacional. Estas características destaca-se o modo como a aproximação entre a escrita e o palco ocorre em grande medida sob a égide daquilo a que a investigadora Carol Martin designou como “teatros do real”, mas também por regimes colaborativos de criação, com uma identidade própria, como o chamado “devised theatre”.

Eduardo António Margarido procede finalmente no ensaio intitulado *De Agamben à Ação Psicossocial em Carmona – A Biologia do Colonialismo* a uma análise minuciosa do olhar colonial enquanto ordem exposta pela montagem e pela manipulação das imagens em diversos registos documentais gerados durante o período colonial português. O autor parte do conceito de “biopolítica” lançado por Michel Foucault e da sua migração para a conceptualidade de Giorgio Agamben, nomeadamente no modo como o filósofo italiano distingue entre “zoé” e “bíos” na constituição da soberania que definirá o “homo sacer”. Recorrendo ao método de Yervant Gianikian e Angela Ricci Lucchi, aplicado-o à análise de *footage* produzida pelo aparelho militar colonial português, o filme “Ação Psicossocial em Carmona” mostra-nos como o processo de transformação de “zoé” em “bíos” é revelado e apercebido pela imagem produzida. Observadas para além da sua aparência, da sua escala e da sua montagem, as imagens mostram-se como fragmentos e testemunhos do medo, da violência e da doutrinação que foram parte central da dominação e da propaganda colonial portuguesas.

António Pedro Pita  
Fernando Matos Oliveira  
Michelle Sales

CORREIA, Luís Miguel – *Monumentos do salazarismo. Curta-metragem retrospectiva*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. (Cadernos do CEIS20, 26). ISBN 978-989-26-1803-6. e-ISBN digital 978-989-26-1803-3.

Rita Marnoto  
rmarnoto@fl.uc.pt  
*Universidade de Coimbra*  
*Centre International d'Études Portugaises*

A ditadura salazarista levou a cabo várias campanhas para uma proclamada reconstrução dos monumentos nacionais, com a finalidade de recuperar a sua arquitectura original, mas que de facto redundaram numa construção física e ideológica. Apoiando-se o alcance pragmático dessa estratégia na criação de uma visualidade falseada, o cinema, pelas potencialidades de modelação de imagem que oferece, bem como pela forma como convoca e articula outros códigos, foi um meio de comunicação privilegiado dessa operação de monumentalização.

Estamos perante um meio de propaganda extraordinariamente eficaz e actuante. Bem recordarão todos/as aqueles/as que antes de 1974 entravam numa sala de cinema o momento em que as luzes se apagavam e o/a espectador/a penetrava naquela dimensão ilusória que fazia com que o espaço físico circundante e os/as outros/as espectadores/as continuassem a estar lá, bem presentes, mas ao mesmo tempo se transformassem numa ficção a afundar-se num breu indistinto. Então, o ecrã iluminava-se para ocupar todo o espaço e a voz do locutor (autorizada pelo estatuto masculino) começava a dilatar esse efeito de realidade. Ficavam criadas as condições para simular a presença do que não existe, como escreveu Blanchot.

A imagem tem de facto um extraordinário poder de modelar as mentes e a ditadura explorou as suas potencialidades em vários

campos. É no ponto de articulação entre monumentalização arquitectónica e monumentalização cinematográfica, na sua incidência histórica, que Luís Miguel Correia inscreve *Monumentos do salazarismo. Curta-metragem retrospectiva*. Ao campo de investigação assim delimitado, só a metodologia interdisciplinar que convoca poderia responder cabalmente. A transformação de um quotidiano estagnado numa monumentalização propagandística, um processo complexo e pouco tratado na sua especificidade, é abordada a partir de uma delimitação de campo fundamentada e com recurso a materiais criteriosamente escolhidos, numa exposição clara e aguda.

O livro organiza-se em cinco capítulos. O primeiro, de carácter introdutório, apresenta e contextualiza as instituições criadas por Salazar para promover um programa estatal monumentalista, na sua relação com os dirigentes nomeados para as chefiar. Assim se esclarece como a construção de novas estruturas arquitectónicas e a reinvenção de pedras e espaços do passado eram postos ao serviço de uma estratégia governativa. Essa acção nacional, que durante um certo período teve por esteio a “política do espírito” de António Ferro, era fortalecida por exposições, congressos internacionais e operações de charme. Quanto aos seus ecos internacionais, deles evidencia Luís Miguel Correia, como exemplo, o número especial da revista francesa *Living Art. L'Art Vivant*, de novembro de 1934. É extremamente sintomático que, nas poucas linhas do passo citado para ilustrar a imagem de Portugal projectada no estrangeiro, os erros de texto não faltem. A cultura é de fachada.

O recurso ao cinema como meio de propaganda político-ideológica não era, de modo algum, um expediente circunstancial, conforme o segundo capítulo o documenta. Com efeito, esta parte do ensaio colige normativas legais, declarações de altos funcionários sala-

zaristas, recortes de imprensa e materiais de arquivo que fundamentam de forma inequívoca a inter-relação entre os objectivos catequéticos da ditadura, o plano de monumentalização nacional e a programação da produção fílmica.

No capítulo seguinte, o terceiro, a sintaxe desse processo, com as suas referências arquitectónicas e fílmicas, é aprofundada a partir de uma série de intervenções e de peças jornalísticas extremamente significativas. Destaquem-se duas: “A Peregrinação Patriótica e o seu documentário cinematográfico” (da qual é aliás tirado o título do capítulo), um artigo publicado em 1929 em *Cine. Revista Mensal de Arte Cinematográfica*; e “Uma questão nacional”, de David Lopes, de 1928. Ilustram de forma palmar como a transcodificação cinematográfica da monumentalização arquitectónica se operava em concomitância com a manipulação de tradições folclóricas, com a organização de excursões ou com a itinerância do cinema ambulante, de modo a fazer chegar a populações com índices de analfabetismo elevadíssimos um produto atraente e facilmente assimilável.

A matéria tratada neste ensaio não se limita a ser objecto de uma mera remissão. À documentação textual, crítica e histórica, que vai sustendo a sua elaboração, corresponde a listagem e referência de documentários e metragens de vária duração que é concentrada no quarto capítulo. Nele se compila informação de grande relevo, não só pela solidez orgânica que confere à investigação, como também pelo valor primordial que lhe assiste. Assim vão desfilando os vários itens constitutivos de um significativo corpo cinegráfico, com reprodução de algumas imagens e transcrição, pelo menos parcial, do texto da locução.

Actualmente, várias das reportagens e dos documentos fílmicos cujo levantamento foi efectuado por Luís Miguel Correia no Arquivo Nacional das Imagens em Movimento, em Loures, já se encontram em linha na página da Cinemateca Portuguesa. A sua disponibilização espelha bem quer o pioneirismo do trabalho de Luís Miguel Correia, quer as potencialidades de desenvolvimento futuro que nele ficam contidas e que são evidenciadas pelo capítulo conclusivo.

A precisão e a concisão deste ensaio adequa-se à perfeição ao perfil da colecção em que se integra, os Cadernos do CEIS 20, uma série que trata temas demarcados e essenciais. Nesse sentido, sublinhe-se que a cada página de *Monumentos do salazarismo. Curta-metragem retrospectiva* subjaz uma investigação de fundo levada a cabo pelo seu autor em anteriores publicações, com destaque para *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico. 1509-1949* (IUC, 2011) e *Monumentos, território e identidade no Estado Novo. Da definição de um projecto à memorização de um legado* (tese de doutoramento em Arquitectura, 2015).

Este novo livro de Luís Miguel Correia sai de um laboratório de desmontagem: a desmontagem daquilo que, com François Lyotard, se pode designar como uma grande narrativa, aquela que contou uma outra história, parcial, infiltrada no breu da sala de cinema. Nesse sentido, o título *Monumentos do salazarismo* e o subtítulo *Curta-metragem retrospectiva* são cara e coroa de uma mesma moeda, no seu contributo para a compreensão do lugar, da função e da visão ideológica inerentes à representação fílmica da monumentalização salazarista.